



2
3 GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
4 SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
5 INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
6 CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
7

8 ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ
9

10 Aprovada por e-mail, após combinado na 20ª R.E. CERHI-RJ, em 09.06.2015

11 Aos vinte e nove dias do mês de abril ano de dois mil e quinze, no auditório do INEA, na Av.
12 Venezuela nº 110, 6º andar, Centro, RJ, com início previsto para às 13:30h, realizou-se a 62ª
13 Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, contando com a
14 presença dos senhores **membros titulares**: Lívia Soalheiro (INEA), Eliane P. Barbosa (Inea), Carlos
15 da Costa e Silva Filho (PGE), Marina Fernandez Bez (FIPERJ), Marcos Antônio M. Pacheco
16 (Prefeitura de São João da Barra - Substituto), Daniela V. Vasconcelos (Prefeitura de Volta
17 Redonda - substituta), Leandro Q. Peixoto (Prefeitura de São Fidélis), Antônio Linhares Sobrinho
18 (Apedema-RJ), Marcos S. Lacerda (Instituto Terrazul), José Paulo Soares de Azevedo (UFRJ),
19 Gerson Cardoso (ABAS), José Alfredo C. Sertã (ABES-RJ), Décio Tubbs Filho (CBH Guandu), Dalva
20 Mansur (CBH LSJ), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPSul), Yasmin Gonçalves Ferreira (CEDAE -
21 substituto), Cláudia Barros Afonso e Silva (Saneamento Ambiental Águas do Brasil), Jorge Vicente
22 Peron (FIRJAN), José Gomes (LIGHT), Barbara C. F. M. Pithon (Eletronuclear), Zenilson Amaral
23 Coutinho (ASFUCAN); **membros suplentes**: José Edson Falcão de Farias Júnior (SEA), Moema
24 Versiani (INEA), Elisa Bento (DRM), Humberto Dias Souza (Prefeitura de Barra do Piraí), Vera
25 Martins (ACAMPAR), Affonso Henrique de Albuquerque Junior (CBH Macaé e das Ostras), Maria
26 Aparecida B. Pimentel (ENERGISA), Osvaldo de Freitas Borges (EDF-NF); **ausências justificadas**:
27 Rachel B. Prado (Embrapa Solos), Antônio Da Hora (SEA), Flávia Lanari (Apalma), Ediel Caldas dos
28 Santos (Rede Ecológica Greenbelt), Pamela Ferreira dos Reis (Instituto Aço Brasil), Vinicius Crespo
29 (Fecomercio), Leopoldo Carrielo Erthal (FAERJ), Marie Ikemoto (INEA), Zacarias Albuquerque
30 (Prefeitura de Campos dos Goytacazes), José Edmundo Victor (Prefeitura de Bom Jesus de
31 Itabapoana), Roberto Machado de Oliveira (Instituto Interdisciplinar Rio Carioca), David Michel
32 Miller (Associação de Moradores da Granja Guarani), Keila Ferreira (Prolagos), Cláudio César
33 Boscov Graffunder (Cia Siderúrgica Nacional), José do Amaral Ribeiro (Sindicato Rural de Campos),
34 Humberto Dias (Prefeitura de Barra do Piraí); **ausências**: Teresa Priscila D. Gomes (Instituto
35 Ipanema), José Miguel da Silva (APEDEMA), João Gomes de Siqueira (UENF), Sidney Salgado dos
36 Santos (CBH Baixo Paraíba do Sul), Joana N. Siqueira (APROMEP), Maurício Fernandes (O nosso
37 vale! A nossa vida!), Kátia Vallado (CCRON), Alexandre Carlos Braga (CBH Baía de Guanabara);

38 **convidados:** Jorge Pajuaba (CECNA – CBH Rio Dois Rios), André Marques (AGEVAP), Paulo Sérgio
39 Leite (CBH Piabinha), Eloísa Torres (PSAM/SEA), Sérgio Bertoche (CBH Piabinha), José Maria
40 Soares Filho (DIBAP/INEA), Patrícia Pereira dos Santos (FADUC/CBH BIG), Mário Patrício Lanoi
41 (AGEVAP), Roberto Feital (AGEVAP), Breno Felipe (FADUC/CBH BIG), André Bohrer (AGEVAP), Júlio
42 César Antunes (CBH Guandu), Beatriz C. Penna (Instituto Walden), Fátima Casarin
43 (Plamsab/Coppe), Lícius de Sá Freire (CBH Rio Dois Rios), Sabrina Silba (CILSJ), Taila Guimarães
44 (CILSJ), Júlia Bochner (DIBAP/INEA), Bruna Roque Loureiro (CILSJ), Fernando Moura (AGEVAP),
45 Rafael Mussi (AGEVAP – CBH Rio Dois Rios). Esta reunião teve a seguinte pauta: **1.** Aprovação da
46 pauta; **2.** Aprovação da minuta da ata da 61ª R.O. CERHI-RJ de 25/02/2015; **3.** Alteração de
47 calendário; **4.** Minuta Resolução CERHI-RJ que revoga a aplicação de recursos financeiros do
48 Fundrhi da subconta do Comitê de Bacia Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana e dá nova
49 destinação aos valores; **5.** Minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a aplicação de
50 recursos financeiros do Fundrhi da subconta da compensação financeira com a finalidade de
51 apoio ao cadastro ambiental rural – CAR; **6.** Crise Hídrica – atualizações; **7.** Apresentação do
52 Projeto GEIRH com recursos do PROGESTÃO; **8.** Assuntos Gerais. Após verificação de quórum, o
53 Sr. Décio Tubbs Filho deu início a reunião às 14:30h. **1º item: Aprovação da pauta.** Após alteração
54 no 5º item (CAR), quando a Sra. Vera Lúcia Teixeira pediu vistas e em seguida a retirada do item.
55 Justificou que não concorda com a minuta de Resolução CERHI-RJ sobre o CAR, pois nela não
56 constam outras fontes de recurso e entende que os recursos disponíveis do Estado RJ não são
57 suficientes. Informou que acha que os recursos expostos nas apresentações enviadas darão
58 apenas para 06 (seis) meses. Em função disso, para conhecimento e melhoria da estratégia de
59 metas, comunicou que dia 15/04/2015 será realizada uma reunião na AGEVAP, onde um parecer
60 será elaborado e entregue na próxima reunião CERHI-RJ (Ordinária ou Extraordinária), mas que
61 não seja no dia 27/05/2015, pois já tem um compromisso e não poderá comparecer. Com relação
62 a isso, a Sra. Eliane Barbosa solicitou que o documento seja enviado até dia 15/04/2015, após a
63 reunião informada. Em seguida, sugeriu que uma reunião extraordinária do CERHI-RJ fosse
64 agendada com apenas este item de pauta. Ponderando, a Srt. Lívia Romano propôs que o item 5
65 fosse mantido, mas que fosse alterado apenas a forma, passando somente para uma
66 apresentação, e a minuta de Resolução CERHI-RJ inserida em uma R.E CERHI-RJ, agendada para o
67 dia 09/06/2015, para que o assunto seja introduzido e para que todos os membros presentes
68 possam conhecer o assunto. Alguns membros se manifestaram contra a atitude tomada pela Sra.
69 Vera Lúcia, apesar de constar no Regimento Interno do CERHI-RJ o direito da Conselheira realizar
70 tal posicionalmente, diante de sua discordância. E após algumas manifestações foi constatado que
71 a maioria dos membros presentes desejavam e concordavam com a apresentação do CAR, bem
72 como a minuta de Resolução CERHI-RJ, pois já passou pelas CTs e várias apresentações sobre CAR
73 e CNARH foram realizadas. Foi considerado também que o projeto, cujo prazo vigente estava

74 próximo do fim, precisava dar continuidade, e com esta atitude pode prejudicar, interrompendo e
75 atrasando os importantes trabalhos e o pagamento dos funcionários envolvidos. O Sr. Décio
76 Tubbs informou que o calendário será verificado, e uma data será escolhida para que os trabalhos
77 não sejam totalmente prejudicados. Além disso, a Sra. Lívia Romano explicou que com relação ao
78 prazo contratual há um resíduo do valor do CAR, há também a entidade Delegatária, como a Baía
79 de Guanabara, que ainda não começou a executar, mas este resíduo já está na entidade
80 Delegatária e já foi conversado com a Procuradoria do INEA, sobre a possibilidade de prorrogar o
81 CAR por mais 02 (dois) ou 03 (três) meses utilizando este valor residual existente, assim dará
82 tempo de aguardar a definição na próxima reunião extraordinária do CERHI-RJ. Completando, a
83 Sra. Lívia Romano informou que já houve a concordância da Procuradoria. Logo após, a pauta foi
84 modificada e aprovada conforme a seguir: **1.** Aprovação da pauta; **2.** Aprovação da minuta da ata
85 da 61ª R.O. CERHI-RJ de 25/02/2015; **3.** Alteração de calendário; **4.** Minuta Resolução CERHI-RJ
86 que revoga a aplicação de recursos financeiros do Fundrhi da subconta do Comitê de Bacia
87 Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana e dá nova destinação aos valores; **5.** Apresentação
88 do cadastro ambiental rural – CAR; **6.** Crise Hídrica – atualizações; **7.** Apresentação do Projeto
89 GEIRH com recursos do PROGESTÃO; **8.** Assuntos Gerais. **2º item:** Aprovação da minuta da ata da
90 **61ª R.O. CERHI-RJ de 25/02/2015.** Aprovada por unanimidade. **3º item:** Alteração de calendário.
91 A Sra. Lívia Romano informou que após conversa com o Presidente e Secretária Executiva do
92 CERHI-RJ foi percebido que há necessidade de realizar uma reunião extraordinária antes da
93 reunião ordinária do mês de junho para apresentação do Plano de Contingência do Guandu,
94 haverá a participação de várias instituições e será importante para o Conselho conhecer melhor.
95 Lembrou que é essencial também trabalhar o Regimento Interno em uma R.E. CERHI-RJ somente
96 para este assunto, pois a minuta da versão final da CT-IL já foi enviada algumas vezes para o e-
97 mail de todos os membros para contribuições, e que pelo visto ao entrar na reunião será
98 rapidamente aprovado, tendo em vista que nenhuma sugestão foi recebida. A Sra. Lívia Romano
99 comunicou que a minuta da revisão do Regimento Interno será enviada novamente, e pediu a
100 todos que ainda não conseguiram ler, que, por gentileza, realizem a leitura e caso tenham alguma
101 colaboração eniem para o e-mail da secretaria executiva do CERHI-RJ (cerhi.rj@gmail.com) o
102 quanto antes, para que nesta reunião o debate seja mais maduro e agilize o tempo de todos.
103 Além desses dois assuntos, a 20ª R.E. CERHI-RJ teria como item de pauta a questão do CBH
104 Piabanha (Projeto de estudos de concepção e projetos básicos de Sistemas de esgotamento
105 sanitário para os bairros Granja Guarani, Quebra Frascos e Fonte Santa, no município de
106 Teresópolis), que foi informado nesta reunião em assuntos gerais (informes). Por fim, as 2 R.Es.
107 CERHI-RJ ficaram marcadas para o dia 09/06/2015, às 13:30h, no auditório do INEA, já que no dia
108 27/05, como haviam planejado, a Sra. Vera Lúcia Teixeira e outros membros não poderiam
109 participar por conta de outro compromisso, bem como será realizada neste dia uma reunião do

110 Fórum Nacional. Outra alteração necessária no calendário deste ano é no dia da 64ª R.O. CERHI-RJ
111 (25/08), pois o ECOB (Encontro de Comitês de Bacia) está marcado para o mesmo dia 28/08/2015,
112 e como são dois eventos importantes e concorrentes, esta reunião ordinária foi antecipada para o
113 dia 19/08/2015 no mesmo horário. Serão inseridas as 02 (duas) reuniões extraordinárias no dia
114 09/06/2015 para tratar do CAR. As alterações foram aprovadas por unanimidade. **4º item. Minuta**
115 **Resolução CERHI-RJ que revoga a aplicação de recursos financeiros do Fundrhi da subconta do**
116 **Comitê de Bacia Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana e dá nova destinação aos**
117 **valores.** A. Sra. Lívia Romano apresentou o documento que já foi analisado e aprovado pela CT-IG
118 e pela CT-IL. Iniciou informando que esta Resolução percebe valores do CBH BPS, que tinham sido
119 utilizados de forma parcial ou que não haviam sido utilizados e remanejam estes recursos para
120 uma nova utilização. Em seguida, realizou a leitura na íntegra da minuta de Resolução CERHI-RJ,
121 sendo aprovada por unanimidade. Após o 4º item, tendo em vista que a Sra. Júlia Bochner
122 (Gerente do Serviço Florestal do INEA) estava em outra reunião, passou-se para o **6º item:** Crise
123 Hídrica – atualizações. Este item foi transferido para uma próxima reunião. **7º item: Apresentação**
124 **do Projeto GEIRH com recursos do PROGESTÃO.** A Sra. Moema Versiani apresentou este item e
125 comentou que já foi apresentado outras vezes. Explicou que é uma proposta para utilização de
126 recursos da ANA, no âmbito do Programa PROGESTÃO, para aperfeiçoar o conhecimento e a
127 regularização dos usos da água no ERJ, e já foi aprovado nas Câmaras Técnicas e pelo CERHI-RJ.
128 Informou que o Plano Estadual de Recursos Hídricos tem uma grande lacuna com relação a
129 sistema de gestão, mas para que isso aconteça é necessário ter primeiramente as informações
130 existentes no momento de uso de demanda por água no ERJ, pois são preciosas. Explicou que o
131 foco específico deste projeto é ajudar a conhecer profundamente o mundo da água em bacias
132 estratégicas, pois esta crise hídrica apontou algumas bacias que são estratégicas, como o rio
133 Guandu que foi feito um trabalho de verificação das informações dos registros das outorgas e
134 CNARH para ver se coincidia com os dados contidos no INEA, e fechando uma pequena bacia. O
135 título do projeto é a Regularização dos Usos de Recursos Hídricos em Bacias Estratégicas e
136 Aprimoramento da Base de Dados de Usuários no ERJ, e seu objetivo é ampliar a regularização e
137 aprimorar as informações sobre os usos dos recursos hídricos no ERJ. As principais ações são: 1)
138 Consistência das bases de dados de recursos hídricos estaduais (CNARH e documentos de
139 regularização emitidos); 2) Capacitação contínua dos setores envolvidos na regularização dos usos
140 de recursos hídricos; 3) Elaboração de material para divulgação e esclarecimento sobre a
141 importância do cadastramento e da regularização dos usos de recursos hídricos e sobre os
142 procedimentos necessários para o usuário se regularizar; e 4) Incremento do fluxo de informações
143 entre os atores do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos e os setores interessados. Os
144 resultados esperados são: 1) Avanço no conhecimento sobre os usos dos recursos hídricos no ERJ;
145 2) Incremento dos usos regularizados no ERJ; 3) Integração das bases de dados de recursos

146 hídricos do ERJ; 4) Diminuição do passivo de processos de outorga para análise no setor; e 5)
147 Aumento da capacitação dos técnicos envolvidos no processo de regularização dos recursos
148 hídricos no ERJ. A Gerente da GEIHR reprezentou as metas do PROGESTÃO vinculadas aos
149 resultados esperados, já mostrados anteriormente ao CERHI-RJ. Informou que o projeto é
150 totalmente inserido no escopo do programa PROGESTÃO da ANA, que é o fortalecimento do
151 Sistema Estadual de Recursos Hídricos a partir de ampliação de conhecimento, melhorar o uso
152 regularizado etc. Estas são as metas que o INEA se identifica no âmbito deste projeto. Em seguida
153 apresentou o cronograma de 02 (dois) anos a ser perseguido com todas as atividades citadas
154 anteriormente. Por fim falou da estimativa dos custos, que também já apresentada em Plenária
155 do CERHI-RJ. Comunicou que a maior parte do recurso solicitado foi para pessoal, e a parte
156 restante foi para material, logística, pesquisas de campo, etc. Lembrou que as recentes idas dos
157 técnicos do INEA à bacia do rio Guandu, no total de 03 (três) vezes, para visitar todos os usuários,
158 verificando os processos de outorga, os registros no CNARH e comparando com as informações
159 contidas no INEA, foi excelente para a atualização o de dados. Os custos envolvidos solicitados
160 somam quase R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). No momento estão tentando
161 viabilizar isso através de licitação, que é a maneira realizada no órgão gestor, ou através de
162 convênio com universidades, para iniciar o projeto. A Sra. Moema Versiani informou que a
163 metodologia está descrita no Projeto e que será reenviada para todos. Comentou que a ideia não
164 é visitar cada um dos usuários cadastrados, e sim fazer a consistência, conferir com os dados da
165 outorga, já que um dos objetivos é criar uma base de dados única, mas ainda não está dentro do
166 BDE. O cadastro de uso dos usuários de água é o CNARH, banco de dados muito confiável e que
167 abrange o Brasil inteiro. Existe a intenção de realizar um serviço de migração de dados
168 periodicamente para o BDE, persistindo os dados de interesse na base do ERJ. O objetivo é
169 conseguir fechar bacias hidrográficas estratégicas, fazendo a análise na base de dados existentes,
170 consistem e tirar algumas dúvidas em algumas visitas pontuais de campo. Sra. Moema Versiani
171 comentou também sobre o Projeto SEIRH (Sistema Estadual de Informação de Recursos Hídricos),
172 que o objetivo era automatizar os processos de regularização de uso da água, incluindo o cálculo
173 do balanço de hídrico para água superficial, não resolia para água subterrânea, e parou em um
174 determinado momento. Explicou que atualmente existem duas opções: 1) codifica a base
175 existente/hidrografia e introduz no sistema já utilizado pela ANA, SLIRH; ou 2) utilizando a mesma
176 metodologia da ANA, codifica e desenvolve no âmbito do BDE. O melhor caminho está sendo
177 estudado, mas o principal é ter a própria hidrografia na escala de 1 para 25mil codificada, da
178 mesma forma que a ANA utiliza. Após a apresentação o assunto, a Sra. Moema Versiani pediu o
179 apoio de todos os conselheiros presentes para que juntos se faça ao longo dos próximos 02 (dois)
180 anos o esforço para ampliação do conhecimento do uso da água nas regiões hidrográficas do ERJ
181 com os recursos financeiros do PROGESTÃO, sendo aprovado por unanimidade. Passou então

182 para o **5º item: Apresentação do cadastro ambiental rural – CAR**. A Sra. Júlia Kishida Bochner
183 (Engenheira Florestal MSc. - Gerente do Serviço Florestal do INEA) realizou uma apresentação
184 mostrando o resultado alcançado com relação ao CAR e CNARH ao longo dos 11 (onze) meses,
185 trabalhos até final de abril. Explicou que o projeto teve início a partir de uma Resolução CERHI-RJ
186 nº 94, de 05/09/2012, que dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros do FUNDRHI da
187 subconta da compensação financeira com a finalidade de apoiar a implementação do Cadastro
188 Ambiental Rural – CAR, e aprovou um montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) que
189 está sendo operacionalizado pela Entidade Delegatária do respectivo Comitê de Bacia. Citou a
190 contratação efetivamente das equipes: Elaboração e publicação dos Editais (março/2014);
191 Processo seletivo (abril/2014); Contratação (maio/2014); Capacitação dos contratados
192 (maio/2014); Início dos trabalhos (junho/2014 - 11 meses de trabalho). Informou que o recurso
193 disponibilizado do PROGESTÃO por compensação financeira exclusivamente para pagamento de
194 quadro de pessoal e que para a compra dos equipamentos necessários para execução, serviços e
195 material informativo foi aprovado R\$ 600.000,00 (seiscientos mil reais) através de Convênio
196 firmado entre INEA e Ministério Meio Ambiente. Resultados das ações CAR (11 meses de
197 trabalho): Número de Cadastros efetuados no estado (nº de imóveis rurais no RJ: 58.493)
198 4.764 cadastros; Área cadastrada (ha): 743.157 hectares; % do estado cadastrada (área passível
199 de cadastro: 2.059.459 ha): 36,08%. Apresentou também o quantitativo de APPs, RL e
200 remanescentes mapeadas nas 09 (nove) regiões hidrográficas, bem como os resultados das
201 campanhas de divulgação e capacitações. Falou da interface do CAR com a gestão de recursos
202 hídricos. Mapeamento dos imóveis rurais: Delimitação das Áreas de Preservação Permanente -
203 APPs (nascentes/cursos d'água), Identificação das APPs degradadas, Delimitação das áreas de
204 Reserva Legal, e Delimitação dos Remanescentes de Vegetação Nativa. A seguir as ferramentas de
205 planejamento ambiental do CAR: Manejo de bacias hidrográficas, isto é: Processo de organizar e
206 orientar o uso da terra e de outros recursos naturais numa bacia hidrográfica, a fim de produzir
207 bens e serviços, sem destruir ou afetar adversamente a fauna, a flora, o solo e a água (Brooks *et*
208 *al.*, 1991); Otimiza os processos de infiltração, percolação e recarga do lençol freático; Minimiza o
209 escoamento superficial; e Minimiza os processos erosivos e assoreamento dos recursos hídricos.
210 A Sra. Júlia explicou que a proposta financeira seria a prorrogação por mais 06 (seis) meses das
211 equipes responsáveis pelo CAR, tendo em vista que o contrato terminaria em maio/2015 e
212 considerando que o saldo existente no FUNDRHI hoje e a projeção feita pela Sra. Giselle Muniz
213 (GEAGUA/INEA), que verificou se isso iria gerar um impacto financeiro daqui a 02 (dois) anos. Foi
214 visto que seria viável utilizar aproximadamente R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais)
215 do FUNDRHI, com uma folga de custeio até 2017, sendo feita inclusive uma prorrogação por mais
216 06 (seis) meses. Informou que está sendo feita uma articulação junto ai CEIVAP e Guandu para um
217 projeto maior de 02 (dois) anos, sem utilizar especificamente o saldo do FUNDRHI. O Sr. Roberto

Oliveira manifestou-se totalmente a favor da aprovação deste projeto. A Sra. Dalva Mansur parabenizou o projeto e comentou que uma das maneiras de aumentar a cobrança do uso da água é realizando o CNARH. O Sr. Zenilson do Amaral expos sua preocupação com relação à utilização dos recursos dos Comitês e pediu que isso fosse altamente divulgado. Porém a Sra. Giselle Muniz (GEAGUA) informou que o recurso utilizado não será não dos CBHs, e sim da compensação financeira, subconta 43, que custeia também as Delegatárias. Somente os Comitês que deliberam seus recursos, através resolução do CBH, depois são encaminhados à secretaria executiva do CERHI-RJ, passa pelas CTs, é transformada em Resolução CERHI-RJ, passa na plenária deste Conselho para aprovação e, por fim, é publicado no DOERJ. A Sra. Eliane Barbosa informou a todos que o Secretário do Ambiente, André Corrêa, gostaria de ter estado presente nesta reunião e mostrar sua preocupação com esta questão importante do CAR, mas precisou ir para outro compromisso. A Sra. Júlia falou ainda das dificuldades em relação ao CNARH e encaminhamentos/soluções: 1) Resistência do proprietário em fazer o cadastro (medo de cobrança e desconhecimento). Está sendo adotada uma abordagem “macro” inserindo o CNARH como parte integrante ao processo de adequação ambiental da propriedade. No ato do cadastramento no CAR serão coletadas as informações necessárias para o preenchimento do CNARH; Estão sendo realizadas palestras de divulgação do CNARH (campanha de sensibilização e mobilização dos proprietários); e será elaborado material informativo sobre o CNARH; 2) Complexidade do cadastro (dados de vazão; DBO; etc) Está sendo adotada uma fórmula de estimativa de vazão ($Vazão = 3,6 * v / t$; sendo: v = Volume em litros e t = Tempo em segundos). Está sendo adotada uma tabela “padrão” com estimativa de valores de DBO em função da atividade desenvolvida na propriedade; 3) Obrigatoriedade de conexão na internet: Está sendo adotado formulário impresso que contém todos os dados necessários para posterior inserção de dados no CNARH; e Será adotada uma rotina de trabalho mensal de recebimento dos formulários preenchidos e inserção das informações no sistema (parceria GESEF/GEIRH); 4) Falta de vantagens claras para o usuário dificultando o discurso de convencimento: Será enfatizado a importância do CNARH como forma de garantia de água em momentos de crise hídrica; e Será elaborado material informativo destacando a importância do CNARH; 5) Alto custo do processo de regularização junto ao INEA (elaboração de planta com ART; contratação de um profissional, instalação de um hidrômetro ou medidor de vazão, etc): Será discutida internamente a elaboração de uma normativa do INEA visando simplificar os procedimentos para os pequenos produtores rurais. Em seguida informou que o objeto da parceria com os municípios é estabelecer a cooperação entre os partícipes visando à realização de ações conjuntas destinadas à promoção e ao apoio à regularização ambiental de imóveis rurais, especialmente no que tange ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH). Por fim foi apresentado os dados financeiros pela Sra. Giselle Muniz (Geagua) que informou que a partir da

Lei Nº 5.639/2010 os recursos da compensação financeira do setor elétrico eram destinados somente aos comitês pertencentes às bacias hidrográficas com hidrelétrica implantadas, mas a partir desta Lei todas as bacias passaram a utilizar recursos da subconta 43, destinada principalmente para o custeio administrativo das delegatarias. O primeiro contrato de gestão foi assinado em 05/07/2010 (R2R, Piabanha, BPS e MPS) e os demais nos anos seguintes, havendo então um acúmulo de recursos com juros, onde uma pequena parte do saldo existente será utilizado neste projeto. **8º item:** Assuntos Gerais. Informes: 1) As R.Es. CERHI-RJ agendadas para o dia 09/06/2015. Parte da manhã: Regimento Interno do CERHI-RJ, a princípio com a seguinte pauta única: CAR; 2) Durante o item da Sra. Moema Versiani, a Sra. Eliane Barbosa informou que participou de uma reunião com a SEA e Diretorias do INEA, onde teve uma prévia da reunião do planejamento que precisará iniciar dia 08. Explicou que existe hoje um superintendente ligado ao Secretário que está responsável por toda a questão do sistema de informação, que está ciente do nosso problema: banco de dados diferentes. Está sendo feito um contrato com o PRODERJ para que possa controlar e ajudar no sentido de unificar todas as informações dos sistemas de bancos de dados. Informou que o trabalho está começando pela outorga para inserir minimamente os dados das outorgas no Portal INEA o mais breve possível; 3) O Sr. Paulo Leite (CBH Piabanha) informou, e pediu que constasse em ata, que propôs ao Presidente do CERHI-RJ incluir na pauta, em caráter emergencial, o assunto referente a uma disponibilização de recursos do Comitê Piabanha para a elaboração de projetos sobre estações de tratamento de esgoto em Teresópolis que está pendente neste Conselho. No entanto, tendo em vista a extensa pauta, foi decidido que o referido CBH enviará uma solicitação por escrito para que tal item seja incluído na próxima reunião do CERHI-RJ. Solicitou, ainda, que a SEA faça uma apresentação com os projetos, conforme acordado há 02 (dois) anos atrás e que até hoje não foi realizado. Então sugere que ambos sejam apresentados de fato na próxima reunião, tanto os argumentos e análise do Comitê Piabanha quanto à colocação da SEA, pois é um uso de recursos do FUNDRHI que são do referido Comitê e que não estão aplicados adequadamente. A intenção é que esse assunto se resolva o mais breve possível, pois este problema já existe a cerca de 04 (quatro) anos, e há aproximadamente 02 (dois) anos está sendo discutido no Conselho; 4) A Sra. Eliane Barbosa comunicou que foi realizada a primeira reunião do CONEMA com a nova administração de 2015, com o Secretário André Correa. Foi decidido que serão realizadas reuniões bimestrais, sempre as terças-feiras, onde serão divididos os assuntos para deliberar e para apresentar, as Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho serão reativados. A Sra. Eliane Barbosa comentou que questionou o porquê de existirem 02 (dois) Conselhos dentro do mesmo Órgão que não se comunicam. Com isso o Secretário André Corrêa considera importantíssimo realizar 01 (uma) vez a cada 02 (dois) meses uma reunião conjunta entre CERHI-RJ e CONEMA para que os pontos principais do meio ambiente e recursos hídricos, até mesmo de convergência. Foi sugerida a data da primeira

290 reunião para 09/06/2015; 5) O Sr. Affonso Albuquerque agradeceu a mudança de data da 64ª
291 R.O. CERHI-RJ, de 26 para 19/08, pois por conta do ECOB, que será realizado de 26 a 28/08/2015,
292 no Teatro Municipal de Friburgo. Informou também que a data do ENCOB, que será realizado em
293 Caldas Novas, no período de 05 a 09/10/2015; e 6) O Sr. Roberto Oliveira informou que já foi
294 decidido na reunião de diretoria do CBH BG as indicações (Poder Público, Usuário e Sociedade
295 Civil) para o GT Guapiaçu/CERHI-RJ. Pediu para solicitar os nomes dos representantes para o Sr.
296 Alexandre De Bonis. Em seguida destacamos os principais questionamentos e encaminhamentos
297 desta reunião. **Questionamentos:** 1) O Sr. José Paulo Azevedo ressaltou que o item 7
298 (Apresentação do Projeto GEIRH com recursos do PROGESTÃO) também diz respeito ao CNARH,
299 pois é um projeto do PROGESTÃO tanto a DIGAT quanto a DILAM para lançar cadastro e outorga.
300 Mais à frente perguntou quais são as metas existentes para aperfeiçoamento, caso considere
301 importante incluir isso para que não fique algo vago. A Sra. Moema Versiani explicou que de fato
302 na gerência de dados do CNARH uma grande massa de declarações, como são chamadas, não
303 consistidas, ou seja, como não passaram pelo crivo do Órgão Gestor, é como se não existissem. A
304 gerente da GEIRH informou que não tem como ter uma estimativa do quanto (%) irão eliminar
305 disso e o outro percentual que é um juro expressivo, principalmente no setor rural, é possível de
306 se transformar em uma declaração consistida. Com relação à indústria e saneamento, o Plano
307 Estadual mostrou que nestes setores as demandas estão bem quantificadas, e informou que com
308 certeza o maior gargalo é o setor rural e o grande grupo de usuários pulverizados no âmbito
309 urbano, já este segundo é possível que se consiga avançar em parte. O Sr. José Paulo comentou,
310 também, que tem uma preocupação com a gerência de outorga está sub intencionada, e que por
311 mais que haja intenção não vê a presença deles, pois dos 04 (quatro) funcionários, somente 02
312 (duas) trabalham neste prédio ao lado e com vícios da DIGAT, com isso a DILAM pode acabar
313 sendo esquecida, e teme que isso prejudique o licenciamento, que é essencial. A Sra. Moema
314 Versiani informou que a ideia original seria sim 02 (duas) pessoas neste prédio do INEA e mais 02
315 (duas) no outro. Então o representante da UFRJ sugeriu que isso seja registrado em documento
316 por conta das mudanças de governo. 2) No mesmo item 7, a Sra. Elisa Bento perguntou se o
317 funcionário comentado será geólogo. A Sra. Moema Versiani informou que poderia ser sim. Tal
318 questionamento foi demonstrado diante da preocupação por conta da proporção de projetos de
319 outorga de água subterrânea e água superficial, pois para fazer esse tipo de projeto só é
320 permitido que seja geólogo ou engenheiro de minas habilitado, e com a crise hídrica a tendência é
321 aumentar. A ideia é: se vai fortalecer o serviço de outorga contratando funcionário, acha
322 importante que seja um geólogo. Ressaltou que acha que o INEA, antes de utilizar o recurso
323 contratando pessoal, poderia procurar outros órgãos de estado que podem fazer este papel com
324 parceria, por isso, mais uma vez, explicitou a disponibilidade do DRM, que tem o corpo técnico
325 composto de aproximadamente 15 (quinze) geólogos, para atuar nesta área e ajudar o INEA nesta

326 questão da outorga de água subterrânea. Tal sugestão foi pensada devido ao problema de pouco
327 recurso no estado, e antes de procurar uma solução externa, poderia utilizar esta parceria dentro
328 do estado. Em resposta ao questionamento, a Sra. Moema Versiani informou que
329 especificamente neste projeto haverá uma seleção do profissional, dando preferência para
330 trabalhar na GEIRH um geólogo, mas caso nenhum se candidate aceitarão outra especialidade,
331 mas assim que houver o processo seletivo irá expor isso em Plenária do CERHI-RJ. Comentou
332 ainda que este tipo de negociação entre órgãos é muito demorada e o tempo para isso é escasso,
333 não existe tempo disponível para esperar o ideal, pois não podemos ficar paralisados. Ressaltou
334 que em qualquer setor do INEA precisa de funcionário para agilizar os trabalhos, mas não param
335 por isso, pelo contrário, as tarefas são cumpridas. O problema da GELIRH é pontual. O INEA além
336 das parcerias, precisa continuar trabalhando. Em seguida a Sra. Eliane Barbosa comentou, em
337 resposta a Sra. Elisa Bento, que na última reunião do CONEMA, onde o Secretário de Estado do
338 Ambiente, André Corrêa, chamou a atenção para que os órgãos do Estado, que fazem a
339 indicação, que seguem a mesma linha que é determinada pelo Governo do Estado. É uma ação
340 do Governo. Comentou que isso é um problema para decidir internamente, quem faz o que e que
341 atribuição determina, no Governo e não no Conselho Estadual. Falou que nunca entendeu porque
342 o DRM nunca esteve dentro da Secretaria, mas que este assunto não é para ser discutido nesta
343 reunião e nem é postura de um representante do Governo do Estado. Discutir se outorga de água
344 subterrânea é feita no DRM ou INEA, não importa, o que interessa é que é feita pelo Poder
345 Público no ERJ. A questão é que no dia 08 estará sendo realizada junto com a SEA a primeira
346 etapa do planejamento estratégico, tentando rever que atribuições são essas e qual é o ponto
347 fraco/forte, para justamente começar a avançar em questões que dependem de decreto e
348 regimento interno dos órgãos, e isso não algo que se possa fazer rapidamente. Comentou que
349 esta é uma discussão antiga, desde a criação de Gestão de Recursos Hídricos, e que quando a lei
350 juntou águas subterrâneas com águas superficiais, vem-se buscando esta união, independente de
351 que órgão for do governo do ERJ. Neste Conselho tem o Poder Público discutindo/analizando
352 assuntos com usuários e sociedade civil. O Sr. José Paulo comentou que entendeu que o DRM
353 ofereceu ajuda ao INEA, e que se fosse na UFRJ receberia tal ajuda, viabilizando a competência
354 que existe no DRM para ajudar na parte de água subterrânea. **3)** Foi esclarecido posteriormente
355 pela Sra. Lívia Soalheiro e Décio Tubbs que, de acordo com o Regimento Interno do CERHI-RJ, no
356 “art. 13 - É facultado a qualquer Conselheiro requerer vista, devidamente justificada, de matéria
357 ainda não julgada, ou ainda, solicitar a retirada de pauta de matéria de sua autoria. §1º. Quando
358 mais de um Conselheiro fizer pedido de vista, o prazo para análise, estabelecido pelo Presidente,
359 deverá ser utilizado em comum; §2º. A matéria retirada de pauta para vista ou por iniciativa de
360 seu autor deverá ser obrigatoriamente reapresentada na primeira reunião subsequente ao prazo
361 estabelecido pelo Presidente, acompanhada de parecer(es) do(s) requerente(s) do pedido de vista

ou do autor da matéria; §3º. As propostas de resolução que estiverem sendo discutidas em regime de urgência somente poderão ser objeto de concessão de pedidos de vista se o Plenário assim o decidir, por maioria simples dos presentes; §4º. Os pedidos de vista não serão considerados após o início de votação da matéria.” A Sra. Lívia Soalheiro informou que é possível o pedido de vista, devidamente justificado de matéria ainda não julgada, mas não a retirada de pauta, somente quando o item for da autoria do solicitante, que não foi o caso, pois a autoria foi do INEA e CTs CERHI-RJ. Também é necessário estabelecer um prazo para apresentação de parecer elaborado pelo conselheiro que pediu vistas. Após estes itens serem ressaltados e esclarecer que pedir vistas não significa ter que retirar de pauta, foi estabelecido o prazo de entrega do referido documento com a justificativa da Sra. Vera Teixeira, dia 15/04/2015. O item do CAR foi apresentado, mas a minuta de Resolução CERHI-RJ passará em próxima reunião. **4)** Foi pedido pelo Sr. Décio Tubbs que a SEA tenha uma maior integração no licenciamento ambiental com os CBHs. Não seria de maneira nenhuma para interferir nos EIA/Rimas, mas sim que exista uma melhor articulação com o licenciamento ambiental. A Sra. Eliane Barbosa informou que há a intenção de realizar 02 (dois) seminários, sendo 01 (um) com os 04 (quatro) comitês do Paraíba do Sul e outro com os 05 (cinco) do vertente atlântico. Explicou que a DIGAT está se propondo a juntar todos os comitês e realizar uma reunião onde seriam apresentadas todas as ações e em posição estão em cada uma das reuniões. Falou, ainda, que está em sua diretora a competência da descentralização do licenciamento para pequenas atividades, e por isso poderia apresentar para todos os membros e militantes dos CBHs, convidando ainda a GELRH/DILAM para fazer um panorama para os CBHs nestes 02 (dois) dias, bem como mostrar a rotina desta diretoria de interação dos dados, já que ir aos 09 (nove) Comitês separadamente não seria possível por conta do tempo, e em seguida todos poderiam se unir e fazer uma proposta. **Encaminhamentos:** **1)** A Sra. Vera Lúcia Teixeira enviará para a secretaria executiva do CERHI-RJ, no dia 15/04/2015, o parecer sobre o CAR elaborado em reunião com a Agevap, conforme acordado. **2)** Resolução CERHI-RJ aprovada, referente ao CAR, deverá ser encaminhada e publicada no Diário Oficial do ERJ após esta reunião. **3)** Foi solicitado o reenvio da planilha orçamentária com o estudo da compensação financeira desde o ano de 2010. E nada mais havendo a tratar, o presidente do CERHI-RJ, a Sr. Décio Tubbs Filho agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 62ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, às 18:00h.

392

Décio Tubbs Filho
Presidente CERHI-RJ

Eliane P. Barbosa
Secretária Executiva CERHI-RJ